

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 ► Possibilidade de Reclamação para o Superior Tribunal de Justiça de decisões proferidas nos Juizados Especiais Federais em atenção aos precedentes vinculantes.....	19
<i>Ana Karenina Silva Ramalho Andrade e Priscilla Rolim de Almeida</i>	
1. INTRODUÇÃO	19
2. O DEVER DE HARMONIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA.....	20
2.1. MICROSSISTEMA DE PRECEDENTES VINCULANTES.....	22
3. RECLAMAÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	24
3.1. A RECLAMAÇÃO E OS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS	25
3.2. RECLAMAÇÃO PARA O STJ COMO INSTRUMENTO CONTRA DECISÕES DO JEF QUE NÃO OBSERVAM PRECEDENTES VINCULANTES.....	27
4. CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34
CAPÍTULO 2 ► Flexibilização procedimental nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	37
<i>Augusto Vinícius Fonseca e Silva</i>	
1. DELINEAMENTO DO TEMA	37
2. EFETIVIDADE DO PROCESSO	37
3. A FLEXIBILIZAÇÃO PROCEDIMENTAL ENQUANTO MEIO DE VIABILIZAÇÃO E DE CONCRETIZAÇÃO DA EFETIVIDADE PROCESSUAL.....	46
4. FLEXIBILIZAÇÃO DO RITO SUMARÍSSIMO NOS JUIZADOS DA FAZENDA PÚBLICA.....	66
5. CONCLUSÃO	73
REFERÊNCIAS	74
CAPÍTULO 3 ► Sobre dois temas polêmicos: I) Pode mesmo o ministério público ser parte nos juizados especiais da fazenda pública? II) procuradores da fazenda gozam da prerrogativa de intimação pessoal no rito sumaríssimo da Lei n. 12.153/2009?	79
<i>Augusto Vinícius Fonseca e Silva</i>	
I. INTRODUÇÃO	79
II. PODE MESMO O MINISTÉRIO PÚBLICO PROPOR AÇÕES NOS JUIZADOS ESPECIAIS DE FAZENDA PÚBLICA?.....	80
II.1. AS DUAS POSIÇÕES ACERCA DO TEMA	80
II.2. ANÁLISE DO TEMA A PARTIR DE CRITÉRIOS HERMENÊUTICOS BÁSICOS	86
II.3. CONCLUSÃO	90
III. PROCURADORES DA FAZENDA GOZAM MESMO DA PRERROGATIVA DE INTIMAÇÃO PESSOAL NO RITO SUMARÍSSIMO DA LEI N. 12.153/2009?	91
III.1. DELIMITANDO O ASSUNTO.....	91
III.2. POSIÇÕES FAVORÁVEIS À APLICAÇÃO DO ART. 183 DO CPC/2015 NOS JUIZADOS DE FAZENDA:	94
III.3. POSIÇÕES DESFAVORÁVEIS À APLICAÇÃO DO ART. 183 DO CPC/2015 NOS JUIZADOS DE FAZENDA:.....	96
III.4. CONCLUSÃO	101
REFERÊNCIAS	105

CAPÍTULO 4 ► Da inconstitucionalidade do Enunciado 153 do Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais e da necessidade de motivação das sentenças no âmbito dos Juizados: uma análise a partir da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	109
<i>Bianca Mendes Pereira Richter, Bianca Lopes Rodrigues, Lucas Gabriel Rodrigues Alves e Luiza Maria Moraes Mello Santos</i>	
INTRODUÇÃO	109
1. PRINCÍPIOS QUE REGEM OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS	110
1.1. PRINCÍPIOS QUE REGEM OS JUIZADOS EM CONFRONTO COM OS DEMAIS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CONSTITUCIONAIS: A MOTIVAÇÃO	114
2. MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS: ANÁLISE CONSTITUCIONAL E LEGAL	115
2.1. MOTIVAÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS	117
2.2. ANÁLISE EMPÍRICA DA MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS FEDERAIS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	119
3. DA INCONSTITUCIONALIDADE DO ENUNCIADO 153 DO FONAJEF	120
3.1. FÓRUM NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS – O FONAJEF: CONCEITO E FUNÇÃO.....	120
3.2. ENUNCIADO 153 DO FONAJEF E SUA INCONSTITUCIONALIDADE	121
4. CONCLUSÕES	124
REFERÊNCIAS	125
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS.....	127
CAPÍTULO 5 ► Da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública nos foros em que não há Juizado Especial da Fazenda Pública instalado	129
<i>Cecília Rodrigues Frutuoso Hildebrand</i>	
1. INTRODUÇÃO	129
2. DO MICROSSISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS.....	130
3. DA COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA	131
3.1. DA NATUREZA DA COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS	133
3.2. AA INSTALAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA E DA COMPETÊNCIA NOS FOROS EM QUE A INSTALAÇÃO AINDA NÃO OCORREU	140
4. DOS REFLEXOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 E DA COMPETÊNCIA ABSOLUTA/RELATIVA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA	143
4.1 DA VEDAÇÃO DE DECISÃO SURPRESA	144
4.2. Da forma de impugnar a incompetência	145
4.3. DO RECURSO CABÍVEL DA DECISÃO QUE RECONHECE DE OFÍCIO A COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS NAS COMARCAS ONDE NÃO HÁ JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA INSTALADO.....	145
5. CONCLUSÕES	154
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	155
CAPÍTULO 6 ► O sistema de Juizados Especiais e o CPC/2015	159
<i>Erick Cavalcanti Linhares Lima</i>	
1. O CPC/2015 E SUA INCIDÊNCIA RESTRITA AOS JUIZADOS ESPECIAIS	159
2. SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E CRITÉRIOS DE INTERPRETAÇÃO.....	162
3. CONCLUSÕES	167
BIBLIOGRAFIA.....	167

SUMÁRIO

CAPÍTULO 7 ► Reflexos do Novo Código de Processo Civil de 2015 no sistema de recorribilidade das decisões interlocutórias e seu regime de preclusões no âmbito dos Juizados Especiais Federais e da Fazenda Pública.....	169
<i>Esdras Silva Pinto</i>	
1. INTRODUÇÃO	169
2. O SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	170
3. APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL AOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS E DA FAZENDA PÚBLICA	171
4. RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	174
5. REGIME DE PRECLUSÕES NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	176
6. IMPACTOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NA RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS E DA FAZENDA PÚBLICA	178
7. IMPACTOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NO REGIME DE PRECLUSÕES DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS E DA FAZENDA PÚBLICA.....	181
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
9. REFERÊNCIAS	184
CAPÍTULO 8 ► Os problemas e os desafios decorrentes da aplicação do incidente de resolução de demandas repetitivas nos juizados especiais.....	187
<i>Frederico Augusto Leopoldino Koehler</i>	
1. INTRODUÇÃO	187
2. O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS VINCUA OS JUÍZES DOS JUIZADOS ESPECIAIS?.....	189
3. PROBLEMAS DECORRENTES DA APLICAÇÃO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS NOS JUIZADOS ESPECIAIS	190
4. CONCLUSÃO	196
5. REFERÊNCIAS	197
CAPÍTULO 9 ► A contagem dos prazos processuais em dias úteis no microsistema dos Juizados Especiais: comentários ao artigo 12-A da Lei 9.099/1995.....	199
<i>Frederico Augusto Leopoldino Koehler e Julio Pinheiro Faro Homem de Siqueira</i>	
1. INTRODUÇÃO	199
2. CORRENTE RESTRITIVA (CONTAGEM DOS PRAZOS EM DIAS CORRIDOS).....	201
3. CORRENTE AMPLIATIVA (CONTAGEM DOS PRAZOS EM DIAS ÚTEIS).....	206
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	211
CAPÍTULO 10 ► A reforma processual e o convite ao uso da consensualidade pela Administração Pública	215
<i>Geisa Rosignoli Neiva</i>	
INTRODUÇÃO.....	215
1. O USO DA CONCILIAÇÃO E DA MEDIAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – UMA BREVE RETROSPECTIVA NO TEMPO	217
2. A INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO NÃO É SINÔNIMO DE INTRANSIGIBILIDADE: A CONSENSUALIDADE COMO MEDIDA DE ATINGIMENTO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA	222
3. A NECESSÁRIA PRESERVAÇÃO DA IMPESSOALIDADE E MORALIDADE ADMINISTRATIVAS	226
4. O CONVITE À CONSENSUALIDADE TRAZIDO PELO NCPC E PELA “LEI DA MEDIAÇÃO”.....	230
CONSIDERAÇÕES FINAIS	232
REFERÊNCIAS	233

SUMÁRIO

CAPÍTULO 11 ► O incidente de resolução de demandas repetitivas e a impossibilidade de seu julgamento pelos Juizados Especiais Estaduais, Federais e de Fazenda Pública.....	237
<i>Humberto Santarosa de Oliveira</i>	
1. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	237
2. JUIZADOS ESPECIAIS E O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	239
2.1. OS PONTOS E CONTRAPONTO SOBRE O JULGAMENTO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS NOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	241
2.2. MAIS UM ARGUMENTO A SE CONSIDERAR: O INCIDENTE COMO TÉCNICA DE PROCESSO COLETIVO E A INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS PARA JULGAMENTO DE REFERIDAS DEMANDAS.....	247
3. CONCLUSÃO.....	250
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	250
CAPÍTULO 12 ► O uso da prova emprestada como instrumento de efetivação de justiça nos Juizados Especiais Federais.....	253
<i>Juliane Penteadó Santana</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	253
2. A PROVA EMPRESTADA E SUA EVOLUÇÃO PROCESSUAL.....	254
2.1. OS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS RELACIONADOS À ADMISSÃO DA PROVA EMPRESTADA E SUA CORRELAÇÃO COM O JUIZADO ESPECIAL FEDERAL.....	257
3. AS AÇÕES ACIDENTÁRIAS E DE BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE – QUESTÕES DE COMPETÊNCIA E SUA PROBLEMÁTICA.....	260
4. A PROVA EMPRESTADA E SUA EFETIVAÇÃO DE JUSTIÇA NOS JEF'S NAS AÇÕES DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE.....	263
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	266
6. REFERÊNCIAS.....	267
CAPÍTULO 13 ► Execução nos Juizados Especiais da Fazenda Pública e o Novo CPC/2015: aplicação prática e integrada das normas.....	269
<i>Karina Veloso Gangana Tanure</i>	
I. INTRODUÇÃO E SINCRETISMO PROCESSUAL.....	269
II. LEGISLAÇÃO INTEGRADA APLICÁVEL ÀS EXECUÇÕES PERANTE OS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA.....	271
III. EXECUÇÕES DE TÍTULOS JUDICIAIS – “CUMPRIMENTO DE SENTENÇA”.....	273
A – INTRODUÇÃO.....	273
B – COMPETÊNCIA E PROCESSAMENTO.....	274
III.1 – EMBARGOS A EXECUÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA.....	275
A – NOMENCLATURA ADEQUADA.....	275
B – CABIMENTO E PROCESSAMENTO DOS EMBARGOS EXECUTIVOS NOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA – LEITURA CONSTITUCIONAL.....	278
C – EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA.....	278
D – EMBARGOS DO DEVEDOR NAS EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS.....	280
III.2 – RITOS DAS AÇÕES EXECUTIVAS DE TÍTULOS JUDICIAIS EM RESUMOS.....	281
A – RESUMO DO RITO DA FASE DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR NOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA.....	281
B – RESUMO DO RITO DA FASE DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, NÃO FAZER E ENTREGAR COISA CERTA NOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA.....	284
IV – EXECUÇÕES DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS.....	286
A – COMPETÊNCIA.....	286
B – PROCEDIMENTO – APLICABILIDADE DAS LEIS E RPVS.....	288
C – CUMULAÇÃO OBJETIVA NA AÇÃO EXECUTIVA PERANTE OS JUIZADOS ESPECIAIS FAZENDÁRIOS.....	290
IV.1 – RITOS DAS AÇÕES EXECUTIVAS DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS, EM RESUMOS.....	293

SUMÁRIO

A – RESUMO DO RITO DA FASE DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR NOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA	293
IV.2 – NATUREZA E EXECUÇÃO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA EM JUÍZO DISTINTO DO JUIZADO ESPECIAL FAZENDÁRIO – AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA O ESTADO X AÇÃO EXECUTIVA EM FACE DO ESTADO.....	295
V. EXECUÇÃO PROVISÓRIA NOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA.....	297
VI. CUSTAS E HONORÁRIOS NAS EXECUÇÕES PERANTE OS JUIZADOS.....	298
VII. ENCERRAMENTO	299
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	300

CAPÍTULO 14 ► A História do “Soldado Joãozinho do Passo Certo” sob a ótica da competência absoluta dos Juizados Especiais da Fazenda Pública..... 301 *Lilian Maciel Santos*

1. INTRODUÇÃO	301
2. A VISÃO SOCIOLÓGICA DOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	301
3. DA COMPETENCIA NOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA:	303
4. DA PROVA TÉCNICA E A NECESSÁRIA DEFINIÇÃO CONCEITUAL DESSE INSTITUTO:	310
5. OUTRAS QUESTÕES DECORRENTES DA COMPETENCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FAZENDÁRIOS: A ILIQUDEZ DAS SENTENÇAS.....	315
6. ENTENDIMENTO MAJORITÁRIO NA JURISPRUDÊNCIA LOCAL E O IMPACTO NOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA:	316
7. CONCLUSÃO	328
BIBLIOGRAFIA.....	329

CAPÍTULO 15 ► Colheita de depoimento de testemunhas durante a audiência de conciliação, no âmbito do Juizado Especial Federal 331 *Luiz Bispo da Silva Neto*

1. INTRODUÇÃO	331
2. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO	332
3. VALIDADE DA PROVA	334
3.1. MITO DA RESERVA JURISDICIONAR DA TOMADA DE TESTEMUNHA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS	338
4. QUESTÃO DA FALTA DE VERDADE DO TESTEMUNHO DURANTE A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO	340
5. CONCLUSÃO	341
BIBLIOGRAFIA.....	342

CAPÍTULO 16 ► A natureza jurídica do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas oriundo de processos dos Juizados Especiais..... 343 *Marco Aurélio Ventura Peixoto, Renata Cortez Vieira Peixoto e Rodrigo Frantz Becker*

1. INTRODUÇÃO	343
2. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS NO DIREITO BRASILEIRO: ADOÇÃO DO SISTEMA DA CAUSA-PILOTO OU DA PROCEDIMENTO-MODELO?	344
3. A COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DO IRDR ORIUNDO DE CAUSAS EM TRAMITAÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS E A NECESSIDADE DE ADOÇÃO DO SISTEMA DO PROCEDIMENTO-MODELO	348
4. A SUSPENSÃO EM INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS N. 09 – SC2 E A PROBABILIDADE DE ACEITAÇÃO PELO STJ DO SISTEMA DO PROCEDIMENTO-MODELO	355
5. CONCLUSÃO	358
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	359

CAPÍTULO 17 ► A dinamização do ônus da prova e seus reflexos no procedimento dos Juizados Especiais Federais e da Fazenda Pública.....	361
<i>Maurício Ferreira Cunha</i>	
INTRODUÇÃO.....	361
1. ÔNUS DA PROVA.....	364
1.1. A RAZÃO DE SER DO ÔNUS DA PROVA	366
1.2. ÔNUS DA PROVA SUBJETIVO E OBJETIVO.....	368
1.3. A DISTRIBUIÇÃO ESTÁTICA DO ÔNUS DA PROVA E A TEORIA DA CARGA DINÂMICA DA PROVA	369
2. A DINAMIZAÇÃO DO ÔNUS DA PROVA E SEUS REFLEXOS NO PROCEDIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS E DA FAZENDA PÚBLICA.....	374
CONCLUSÃO	381
BIBLIOGRAFIA.....	382
CAPÍTULO 18 ► Das consequências processuais geradas à administração pública dentro do contexto da Lei 12.153/09 em face de suas omissões	385
<i>Neanderson Martins Ramos</i>	
INTRODUÇÃO.....	385
1. DOS PRINCÍPIOS INERENTES AO JUIZADO ESPECIAL	386
2. DA (IN)DISPONIBILIDADE DOS DIREITOS DA FAZENDA PÚBLICA JUNTO À LEI 12.153/09.....	388
3. DA NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS AO ESCLARECIMENTO DA CAUSA.....	393
4. DA AUSÊNCIA DA FAZENDA PÚBLICA ÀS AUDIÊNCIAS	395
CONSIDERAÇÕES FINAIS	396
BIBLIOGRAFIA.....	396
CAPÍTULO 19 ► A Execução invertida nos Juizados Especiais Federais.....	399
<i>Paulo Mitsuru Shiokawa Neto</i>	
INTRODUÇÃO.....	399
1. DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	399
2. DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	401
3. DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS	403
4. DA EXECUÇÃO INVERTIDA	405
5. CONCLUSÃO	409
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	409
CAPÍTULO 20	
0 Ministério Público nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	411
<i>Robson Renault Godinho</i>	
1. OS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA E DESVIOS PROCEDIMENTAIS	411
2. A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA	416
2.1. O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO FISCAL DA ORDEM JURÍDICA: GENERALIDADES	417
2.2. ESPECIFICAMENTE O FISCAL DA ORDEM JURÍDICA NOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA	422
2.3. O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO AUTOR.....	425
3. CONSEQUÊNCIAS PROCEDIMENTAIS.....	429
4. SÍNTESE	431